



WWF

ESTUDO

2019

BR

PADDD EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

Mapeamento e análise das tendências de redução,
recategorização e extinção de unidades de
conservação no bioma

WWF-BRASIL

Diretor Executivo – Mauricio Voivodic

Diretora de Engajamento – Gabriela Yamaguchi

Gerente do Programa de Ciências – Mariana Napolitano e Ferreira

Gerente de Políticas Públicas – Michel Santos

Gerente do Programa Amazônia – Ricardo Mello

EQUIPE TÉCNICA

Bernardo Caldas

Rafael Giovanelli

Jaime Gesisky

Felipe Spina

Marco Lentini

Ficha Técnica da Publicação

CONSULTORAS

Maria Cecília Wey de Brito

Fernanda Aidar

REVISÃO

Maura Campanilli

Denise Oliveira

MAPAS

Programa de Ciências – WWF-Brasil

Maria Eduarda Coelho

Mariana Soares

FOTOS

Adriano Gambarini / WWF-Brasil

Zig Koch / WWF-Brasil

EDITORAÇÃO

Regiane Stella Guzzon

São Paulo, Junho de 2019

LISTA DE SIGLAS

ANM: Agência Nacional de Mineração

APA: Área de Proteção Ambiental

ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico

CAR: Cadastro Ambiental Rural

CNUC: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Flona: Floresta Nacional

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PADDD: *Protected Area Downgrade, Downsize and Degazettement*

PCH: Pequena Central Hidrelétrica

PDE: Plano Decenal de Energia

PI: Proteção Integral

PNL: Plano Nacional de Logística

RAPPAM: *Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management*

RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Resex: Reserva Extrativista

RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural

Sicar: Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

TerraClass: Projeto desenvolvido pela Embrapa e INPE que define uso e cobertura da terra na Amazônia Legal

UC: Unidade de Conservação

UHE: Usina Hidrelétrica

US: Uso Sustentável

SUMÁRIO

Apresentação	7
Diagnóstico dos processos de PADDD	12
Motivação dos processos de PADDD	16
Projetos de Infraestrutura	16
<i>Transportes</i>	16
<i>Geração de energia</i>	21
Uso do solo	23
<i>Desmatamento</i>	23
<i>Atividades agropecuárias</i>	24
<i>Mineração</i>	28
<i>Sobreposição ao Cadastro Ambiental Rural</i>	31
Efetividade das UC	33
Ameaças iminentes	33
Conclusões	36



Macaco-esquilo (*Saimiri sciureus*), Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Amapá, Brasil.

APRESENTAÇÃO

As áreas protegidas são um dos maiores patrimônios do nosso país. Em uma pesquisa realizada em 2018 pelo Ibope Inteligência e WWF-Brasil, mais de 90% dos brasileiros afirmaram que gostariam de ter mais contato com a natureza. Grande parte desse contato se dá pela visitação de parques nacionais, estaduais e demais categorias de unidades de conservação.

No entanto, especialmente entre 2007 e 2018, o Brasil viveu uma ofensiva sem precedentes às áreas protegidas. Pressões para recategorizar, reduzir ou extinguir as unidades de conservação (UCs) tornaram-se cada vez mais frequentes.

Estudo publicado em 2016 na revista *Biological Conservation* compilou eventos de redução de tamanho, recategorização ou descrição (PADDD da sigla em inglês) de unidades de conservação no Brasil entre 1900 e 2014. Os 67 eventos de PADDD envolviam uma área de 110 mil quilômetros quadrados e haviam se acelerado no final dos 2000. Tinham como principais justificativas a geração de energia elétrica ou assentamentos humanos. Outros mais de 70 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas foram identificados pelos pesquisadores como ameaçados de redução ou perda de status.

Para resistir a essa ofensiva, além de uma ação articulada de monitoramento e atuação junto ao Congresso Nacional e assembleias estaduais, é essencial compreender melhor a dinâmica dos fatores que levam a processos de PADDD e mapear as tendências futuras desse fenômeno.

Nesta publicação, buscamos identificar os principais fatores que motivam os casos de PADDD no Brasil e no mundo e definir indicadores que pudessem ser especializados e sobrepostos às unidades estaduais e federais da Amazônia. A premissa assumida aqui é a de que, usando uma “lente” para enxergar o futuro com um bom grau de previsibilidade, com apoio de indicadores objetivos, será possível agir de maneira preventiva e efetiva na defesa das unidades de conservação.



Reserva Extrativista de Cazumba-Iracema, Acre, Brasil.

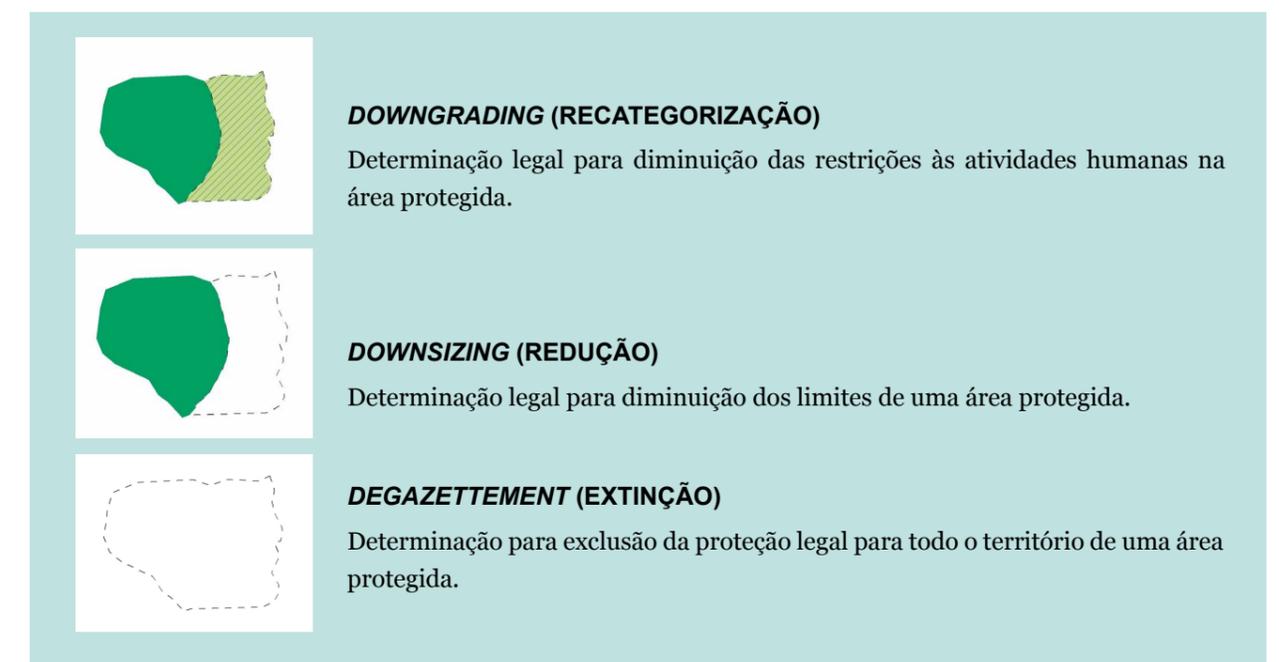
Entre o início dos anos 2000 até 2009, o Brasil deu um salto no número e território coberto por unidades de conservação. Durante esse período, o país foi um dos maiores contribuidores para o aumento da área total sob proteção oficial no planeta.

Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), essas áreas promovem a proteção de 28,5% da Amazônia, 7,8% da Caatinga, 8,7% do Cerrado, 10,3% da Mata Atlântica, 2,8% do Pampa, 4,6% do Pantanal e, desde 2018, aproximadamente 25% da área marinha. Atualmente, 18,4% da área continental brasileira está sob diferentes categorias de proteção de unidades de conservação.

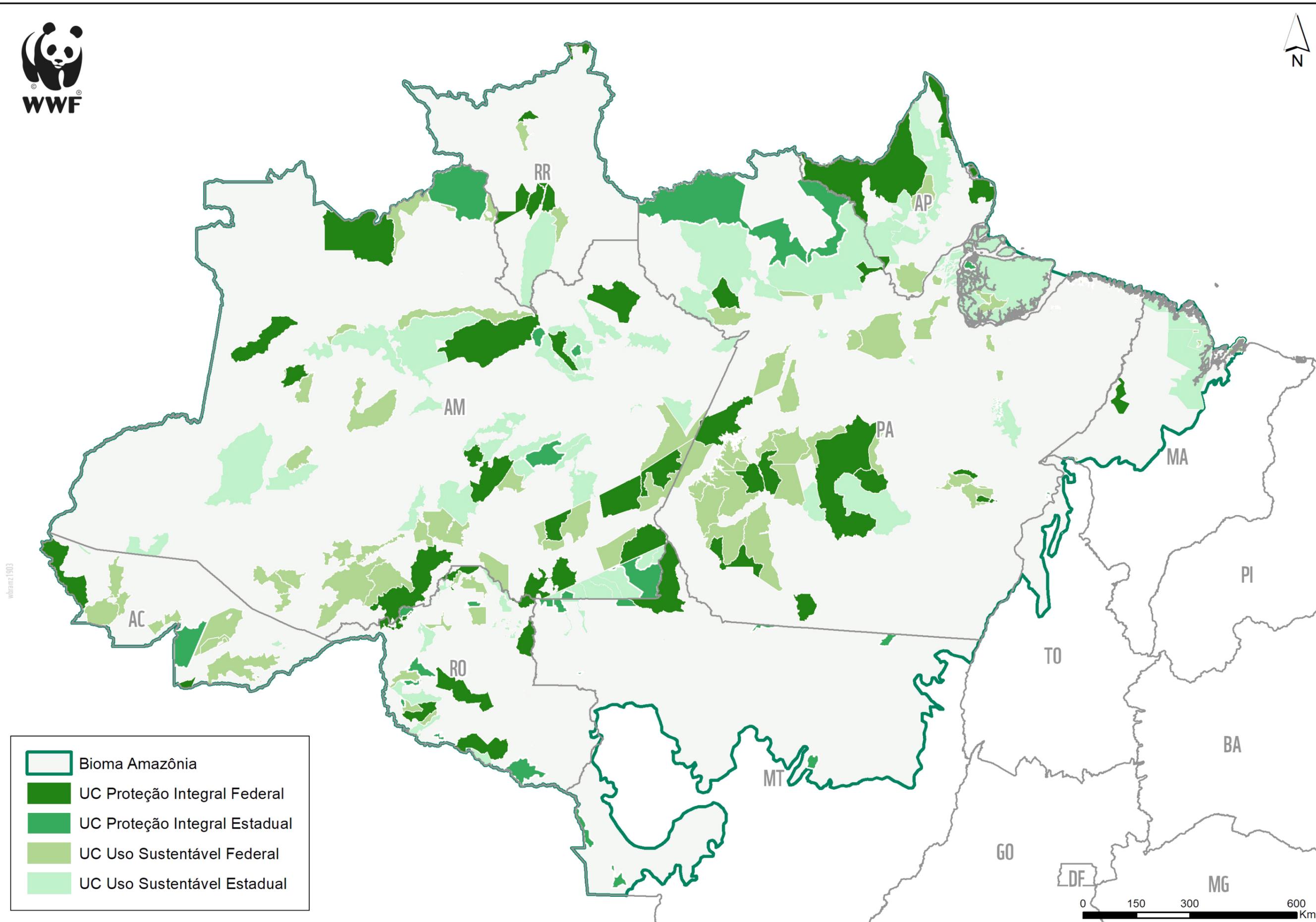
O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), porém, está ameaçado. Com baixa prioridade e pouco reconhecimento de seu valor, as UCs sofrem pressões do agronegócio, empresas de mineração, grileiros de terras e seus representantes no Poder Legislativo, e têm sido alvo recorrente de iniciativas para sua redução de tamanho, grau de proteção ou total exclusão.

Conhecidos internacionalmente pela sigla PADDD, do inglês *Protected Areas downgrading, downsizing, and degazettement*, os eventos de recategorização, redução e extinção de áreas protegidas são considerados um fenômeno mundial, que ameaça áreas protegidas em todos os continentes.

QUADRO 1. Tipologia dos eventos de PADDD



Fonte: WWF-Brasil, baseado em <http://www.paddtracker.org/>



Unidades de conservação no bioma Amazônia.

Este estudo define e mapeia indicadores que trazem elementos de análise prévia de territórios e movimentações legislativas e apontam possibilidades de PADDD no futuro próximo e em longo prazo para as UCs da porção brasileira do bioma Amazônia. O objetivo é conseguir ter um grau de previsibilidade, com apoio de indicadores objetivos, para que se possa agir de maneira preventiva e efetiva na defesa das unidades de conservação.

Diagnóstico dos processos de PADDD

As 316 UCs federais e estaduais do bioma Amazônia protegem aproximadamente 1,4 milhão de km², distribuídos em 234 UCs de uso sustentável e 82 UCs de proteção integral, que abrangem, respectivamente, 63,5% e 36,5% da área desse conjunto de unidades.

De acordo com a plataforma PADDDtracker¹, 46 eventos de PADDD ocorreram na Amazônia (entre 1988 e 2018), totalizando 14 exclusões, cinco mudanças de categoria e 27 reduções de áreas, que afetaram 37 unidades de conservação (27 estaduais e 10 federais), em especial parques (12) e florestas (14).

O “tempo de vida” das UCs afetadas pelos eventos de PADDD, considerado o período desde a criação das áreas até sua exclusão, mudança de categoria ou redução foi, em média, 15 anos.

De acordo com a PADDDtracker, além dos 46 casos de PADDD já efetivados na Amazônia, há 29 ameaças de PADDD registradas no bioma: 16 tentativas de extinção de áreas; três mudanças de categoria e 10 reduções, totalizando 23 UCs afetadas (três estaduais e 20 federais), em especial parques (8) e florestas (9). Caso se efetivem, essas propostas totalizarão mais de 190 mil km² em área. Nestes casos, é importante notar que o “tempo de vida” médio das UCs afetadas pelas propostas de PADDD, desde sua criação até a proposta de PADDD, é de oito anos. Em muitas das áreas, os instrumentos legais com proposta de PADDD são do mesmo ano de sua criação.

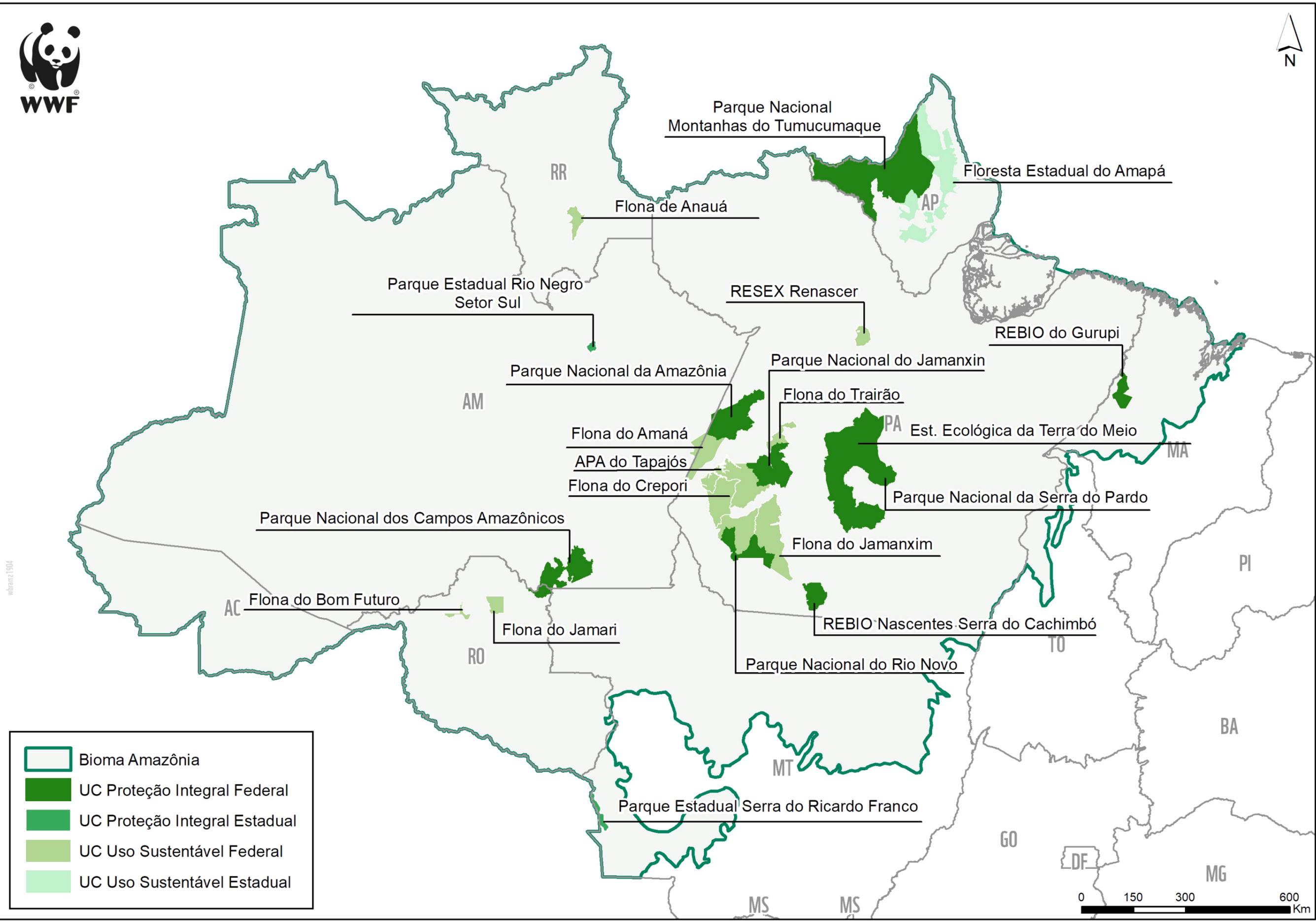
Embora algumas dessas propostas estejam formalmente arquivadas, das 23 UCs ameaçadas, oito tiveram processos de PADDD efetivados alguns anos depois da primeira proposição. Ou seja, arquivamentos não significam extinção da ideia original.

¹ Ferramenta de mapeamento online, que documenta, verifica e dissemina globalmente dados de PADDD (WWF, 2013). Disponível em: <http://www.paddtracker.org/>, consultado em março/2018.

TABELA 1. UCs com propostas de eventos de PADDD

Nome da UC	US PI	Esfera	UF	Tipo	Data de Criação	Data Proposta PADDD
APA DO TAPAJÓS	US	Federal	PA	Exclusão	2006	2006
EE DA TERRA DO MEIO	PI	Federal	PA	Recategorização	2005	2006
				Redução	2005	2006
FLORESTA ESTADUAL DO AMAPÁ	US	Estadual	AP	Exclusão	2006	2013
FLONA DE ANAUÁ	US	Federal	RR	Exclusão	2005	2005
FLONA DE BOM FUTURO	US	Federal	RO	Exclusão	1988	2009
				Exclusão	1998	2008
				Redução	1988	2000
FLONA DE RORAIMA	US	Federal	RR	Redução	1989	2005
FLONA DO AMANÁ	US	Federal	PA	Exclusão	2006	2006
FLONA DO CREPORI	US	Federal	PA	Exclusão	2006	2006
FLONA DO JAMANXIM	US	Federal	PA	Exclusão	2006	2008
				Exclusão	2006	2006
FLONA DO JAMARI	US	Federal	RO	Exclusão	1984	2008
FLONA DO TRAIRÃO	US	Federal	PA	Exclusão	2006	2006
PAREST RIO NEGRO SETOR SUL	PI	Estadual	AM	Recategorização	1995	2010
PAREST SERRA RICARDO FRANCO	PI	Estadual	MT	Redução	1997	2004
				Redução	1996	2002
PARNA DA AMAZÔNIA	PI	Federal	AM, PA	Redução	1974	2006
PARNA DA SERRA DO PARDO	PI	Federal	PA	Redução	2005	2006
PARNA DO JAMANXIM	PI	Federal	PA	Exclusão	2006	2006
PARNA DO RIO NOVO	PI	Federal	PA	Exclusão	2006	2006
PARNA DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	PI	Federal	AM, RO, MT	Exclusão	2006	2008
PARNA MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	PI	Federal	AP, PA	Exclusão	2002	2013
REBIO DO GURUPI	PI	Federal	MA	Exclusão	1961	2013
REBIO NASCENTES SERRA DO CACHIMBO	PI	Federal	PA	Recategorização	2005	2009
RESEX RENASCER	US	Federal	PA	Redução	2009	2013
RESEX RIO OURO PRETO	US	Federal	RO	Redução	1990	2007
				Redução	1990	2000

Fonte: WWF-Brasil, baseado em PADDDtracker e CNUC, consultados em março, 2018.



wbranz 1904

Unidades de conservação alvos de propostas de PADD no bioma Amazônia.

Motivação dos processos de PADD

Os principais motivos registrados pela ferramenta PADDTracker na Amazônia foram obras públicas de infraestrutura; ocupações para habitação em áreas rurais; reclame de áreas para residentes locais; autorização legal para operações agrícolas de escala industrial ou semi-industrial; e atividades econômicas para subsistência.

QUADRO 2. Temas prioritários para monitoramento preventivo de iniciativas de PADD

Categoria	Tema	
	Descrição	Referência
Projetos de Infraestrutura	Projetos de Desenvolvimento Logístico	Refere-se a proximidade ou sobreposição a UCs, de projetos de desenvolvimento/expansão de infraestrutura como: rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, portos e terminais
	Projetos de Geração e Transmissão de Energia	Refere-se a proximidade ou sobreposição a UCs, de projetos de geração, distribuição e transmissão de energia
Uso do solo	Produção Agropecuária	Refere-se à incidência de produção agropecuária nos limites ou entorno de UCs
	Desmatamento	Refere-se a registros de desmatamento nos limites ou entorno de UCs
	Mineração	Refere-se a sobreposição de Portarias de lavra e/ou Alvará de Pesquisa Minerária em sobreposição à UC e/ou sua Zona de Amortecimento
	Sobreposição Cadastro Ambiental Rural	Refere-se à sobreposição da base de CAR e as UCs
Efetividade da UC	Regularização Fundiária	Considera o <i>status</i> de regularização fundiária do território de UCs
	Implantação UC	Refere-se à existência de instrumentos legais e administrativos para a implantação da UC (plano de manejo, conselho gestor, outros). Traduz, ainda, indicadores RAPPAM para cada UC

Fonte: WWF-Brasil.

Projetos de Infraestrutura

No bioma Amazônia, 110 UCs têm sua área ameaçada por projetos de infraestrutura, somando aproximadamente 30 mil km², concentrados nos estados de Pará e Amazonas. A área potencialmente ameaçada equivale a 2% do território ocupado pelas UCs no bioma.

TRANSPORTES

Neste relatório, o principal instrumento de planejamento considerado para a rede logística brasileira foi o Plano Nacional de Logística (PNL), que esteve em consulta pública até março de 2018. Considerando o “Cenário PNL 2025”,

101 UCs serão afetadas diretamente pela rede de rodovias (80 UCs), ferrovias (sete UCs) e hidrovias (28 UCs) na Amazônia. Cinco delas serão afetadas por rodovias e ferrovias concomitantemente e nove pelas áreas de influência de rodovias e hidrovias.

TABELA 2. UCs mais impactadas por rodovias, considerando valores absolutos (km²) (Cenário 2025, PNL, 2018).

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Influência de Rodovias (km ²)	Área de Influência de Rodovias (%)
Uso Sustentável					
FLORESTA ESTADUAL DO TROMBETAS	Estadual	PA	31.436	2.888,3	9%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS REENTRÂNCIAS MARANHENSES	Estadual	MA	10.854,3	2.005,3	18%
FLORESTA ESTADUAL DO AMAPÁ	Estadual	AP	23.703,4	1.304,5	6%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BAIXADA MARANHENSE	Estadual	MA	17.105,6	1.223,4	7%
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ-AÇU	Estadual	AM	3.946,3	995,4	25%
FLORESTA NACIONAL DE TAPAJÓS	Federal	PA	5.306,3	947	18%
Proteção Integral					
PARQUE NACIONAL DO PICO DA NEBLINA	Federal	AM	22.506,4	1.288,4	6%
PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	Federal	AP, PA	38.647,4	1.092,5	3%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO GRÃO PARÁ	Estadual	PA	42.024,4	836,9	2%
PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	8.629	804,4	9%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PNL 2018.

TABELA 3. UCs mais impactadas por rodovias, considerando valores relativos à área total da UC (Cenário 2025, PNL, 2018).

NOME	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Influência de Rodovias (km ²)	Área de Influência de Rodovias (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO DO MARACANÃ	Estadual	MA	21,9	21,9	100%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS NASCENTES DE ARAGUAÍNA	Estadual	TO	3	3	100%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM	Estadual	PA	56,5	49,9	88%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGO DO AMAPÁ	Estadual	AC	51,8	44,3	86%
Proteção Integral					
PARQUE ESTADUAL DO BACANGA	Estadual	MA	31,7	31,7	100%
PARQUE ESTADUAL SUMAÚMA	Estadual	AM	0,5	0,5	100%
PARQUE ESTADUAL DO UTINGA	Estadual	PA	14	14	100%
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA	Estadual	PA	63,7	51,9	81%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PNL 2018.

TABELA 4. UCs impactadas por ferrovias, considerando valores absolutos (km²) (Cenário 2025, PNL, 2018).

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Influência de Ferrovias (km ²)	Área de Influência de Ferrovias (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BAIXADA MARANHENSE	Estadual	MA	17.105,6	856,8	5%
FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS	Federal	PA	3.912,6	206,8	5%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGARAPÉ GELADO	Federal	PA	232,9	75,5	32%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO DO MARACANÃ	Estadual	MA	21,9	21,9	100%
Proteção Integral					
PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	8.629,0	819,2	9%

RESERVA BIOLÓGICA NASCENTES SERRA DO CACHIMBO	Federal	PA	3.422,0	66,3	2%
PARQUE ESTADUAL DO BACANGA	Estadual	MA	31,7	31,7	100%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PNL 2018.

TABELA 5. UCs impactadas por ferrovias, considerando valores relativos à área total da UC (%) (Cenário 2025, PNL, 2018).

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Influência de Ferrovias (km ²)	Área de Influência de Ferrovias (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO DO MARACANÃ	Estadual	MA	21,9	21,9	100%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGARAPÉ GELADO	Federal	PA	232,9	75,5	32%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BAIXADA MARANHENSE	Estadual	MA	17.105,6	856,8	5%
FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS	Federal	PA	3.912,6	206,8	5%
Proteção Integral					
PARQUE ESTADUAL DO BACANGA	Estadual	MA	31,7	31,7	100%
PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	8.629	819,2	9%
RESERVA BIOLÓGICA NASCENTES SERRA DO CACHIMBO	Federal	PA	3.422	66,3	2%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PNL 2018.

TABELA 6. UCs mais impactadas por hidrovias, considerando valores absolutos (km²) (Cenário 2025, PNL, 2018).

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Influência de Hidrovias (km ²)	Área de Influência de Hidrovias (%)
Uso Sustentável					
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	Estadual	AM	13.199,5	436,8	3,3%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DE TUCURUI	Estadual	PA	5.682,1	248,1	4,4%

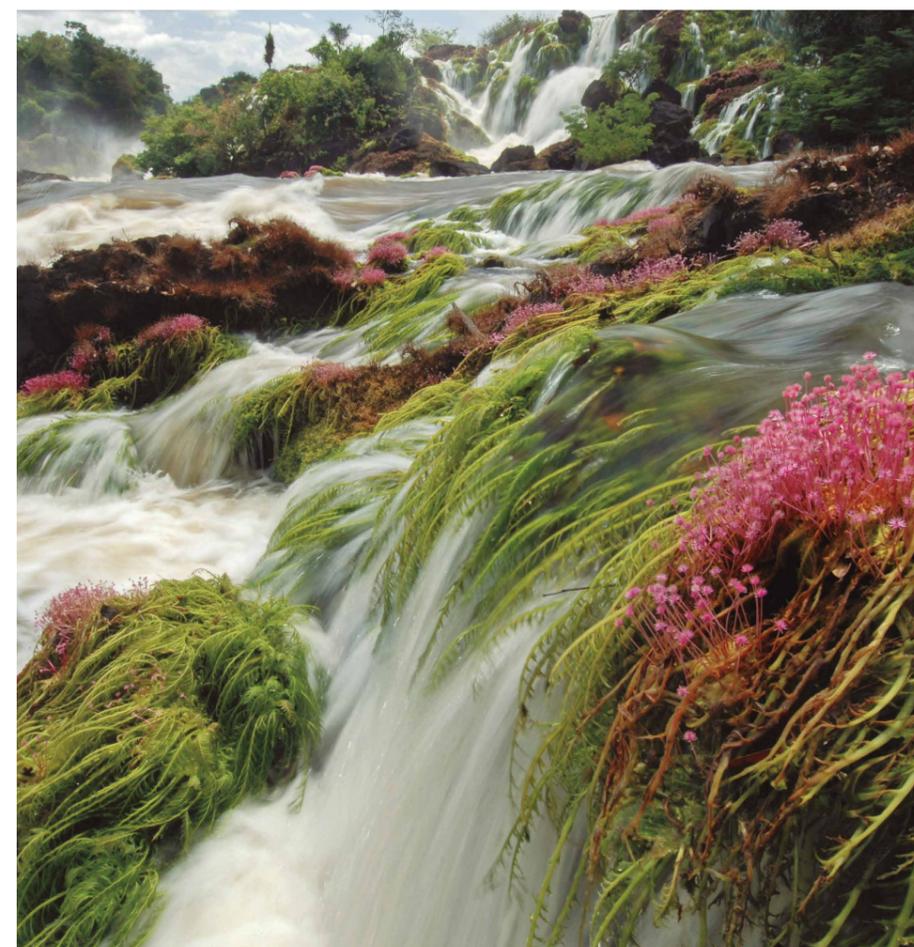
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ	Estadual	PA	45.164,4	172,1	0,4%
FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ	Federal	AM	4.731,6	51	1,1%
RESERVA EXTRATIVISTA GURUPÁ-MELGAÇO	Federal	PA	1.454,2	33,8	2,3%
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PUCURUÍ - ARARÃO	Estadual	PA	291,7	19,6	6,7%
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO MADEIRA	Estadual	AM	2.796,4	18,9	0,7%
Proteção Integral					
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	Federal	AM	3.502,4	267,6	7,6%
PARQUE NACIONAL DO JAÚ	Federal	AM	23.673,6	70	0,3%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JUTÁI-SOLIMÕES	Federal	AM	2.895,2	24,8	0,9%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PNL 2018.

TABELA 7. UCs mais impactadas por hidrovias, considerando valores relativos à área total da UC (%) (Cenário 2025, PNL, 2018).

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Influência de Hidrovias	Área de Influência de Hidrovias (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO MADEIRA	Estadual	RO	67,6	18,3	27%
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PUCURUÍ - ARARÃO	Estadual	PA	291,7	19,6	6,7%
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO JAVARI BURITI	Federal	AM	131,8	8,4	6,4%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DE TUCURUI	Estadual	PA	5.682,1	248,1	4,4%
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	Estadual	AM	13.199,5	436,8	3,3%
RESERVA EXTRATIVISTA GURUPÁ-MELGAÇO	Federal	PA	1.454,2	33,8	2,3%
FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ	Federal	AM	4.731,6	51	1,1%
RESERVA EXTRATIVISTA IPAÚ-ANILZINHO	Federal	PA	558,4	4,2	0,8%
Proteção Integral					
PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS	Federal	AM	3.502,4	267,6	7,6%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE JUTÁI-SOLIMÕES	Federal	AM	2.895,2	24,8	0,9%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PNL 2018.



Cachoeira do Desespero, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Amapá, Brasil.

GERAÇÃO DE ENERGIA

O Plano Decenal de Energia 2026 (PDE 2026) é um documento que indica (mas não determina) as perspectivas de expansão futura do setor de energia sob a ótica do governo, em um horizonte de dez anos. Conforme o PDE 2026, os projetos de geração de energia na Amazônia vão afetar diretamente 14 unidades de conservação e sua área de influência, duas das quais por projetos de PCH. Outras 12 UCs serão afetadas por usinas hidrelétricas planejadas. Ainda que em quantidade, ou percentual da área total das UC, o número de UCs afetadas não seja tão grande quanto o que se observa em relação a outros indicadores, os projetos relacionados à produção de energia estão entre os que têm maiores chances de se transformar em casos de PADDD efetivados.

TABELA 8. UCs mais impactadas por projetos de UHE e PCH, considerando valores absolutos (km²) (Cenário PDE 2026)

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área afetada por UHE (km ²)	Área afetada por PCH (km ²)	Área Afetada por UHE ou PCH (%)
Uso Sustentável						
FLORESTA NACIONAL DE ITAITUBA II	Federal	PA	3.977,6	292,3	–	7,3%
RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ	Estadual	RO	1.013,6	103,3	–	10,2%
FLORESTA NACIONAL DE ITAITUBA I	Federal	PA	2.131,1	55	–	2,6%
FLORESTA NACIONAL DO IQUIRI	Federal	AM	14.726,1	–	40,6	0,3%
FLORESTA NACIONAL DO ARIPUANÃ	Federal	AM	7.513,0	25,1	–	0,3%
FLORESTA NACIONAL DE TAPAJÓS	Federal	PA	5.306,3	947	18%	
Proteção Integral						
PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	8.629	598,8	–	6,9%
PARQUE NACIONAL DO JURUENA	Federal	AM, MT	19.580,2	308,4	–	1,6%
PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	Federal	AM, RO, MT	9.613,3	271	–	2,8%
PARQUE ESTADUAL IGARAPÉS DO JURUENA	Estadual	MT	2.238,9	218,8	–	9,8%
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA	Federal	AM, PA	10.662,1	44	–	0,4%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e PDE 2026.

O PDE 2026 indica, ainda, que, na fronteira norte do Brasil, estão em desenvolvimento estudos de viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão, que possibilitará a transferência de energia, gerada a partir de novos empreendimentos de usinas hidrelétricas, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Em 2013, Brasil e Guiana também constituíram uma comissão para desenvolver estudos para a construção de dois aproveitamentos hidrelétricos em território guianense, ao longo do rio Mazaruni, com potencial energético aproximado de 4,5 GW. Os excedentes de energia desses empreendimentos poderão ser exportados para o Brasil. Esses projetos poderão ser viabilizados por meio de tratados internacionais entre o Brasil e os países vizinhos.

Obras de infraestrutura podem abrir caminho, ainda, para novas ameaças à conservação, como desmatamento, aumento da caça ilegal, avanço das ocupações

irregulares, entre outras. Além disso, a necessidade de eventos de PADDD para obras de infraestrutura acaba motivando a inclusão de outras UCs nesses processos, como moeda de troca onde há interesses econômicos e/ou políticos difusos.

Uso do solo

Este relatório não buscou identificar tendências futuras de mudança do uso do solo no bioma. Mas aponta as unidades de conservação diretamente ameaçadas pelo desmatamento e/ou por algumas das atividades econômicas mencionadas.

DESMATAMENTO

De acordo com o Prodes, em 2017, 18 UCs apresentaram desmatamento em mais de 50% de sua área. A tabela abaixo demonstra essa concentração em UC de uso sustentável administradas na esfera estadual.

TABELA 9. UCs mais desmatadas, em valores relativos à área total da UC (%), 2017.

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área Desmatada (km ²)	Área Desmatada (%)
Uso Sustentável					
RESERVA EXTRATIVISTA QUILOMBO DO FRECHAL	Federal	MA	93,4	93,4	100%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO DO MARACANÃ	Estadual	MA	21,9	18,5	84,3%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO ARARAS	Estadual	RO	10,9	8,8	80,6%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO PERIQUITO	Estadual	RO	11,4	8,6	75,3%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO MUTUM	Estadual	RO	108,6	80,2	73,9%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL IGARAPÉ SÃO FRANCISCO	Estadual	AC	300,2	213	71%
RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO	Federal	MA	81,1	57,4	70,8%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGO DO AMAPÁ	Estadual	AC	51,8	34,7	66,9%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e Prodes.

TABELA 10. UCs mais desmatadas, em valores absolutos (km²), 2017.

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área Desmatada (km ²)	Área Desmatada (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BAIXADA MARANHENSE	Estadual	MA	17.105,6	8.348,2	48,8%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS REENTÂNCIAS MARANHENSES	Estadual	MA	10.854	6.666,1	61,4%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TRIUNFO DO XINGU	Estadual	PA	16.796,5	5.392,2	32,1%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DE TUCURUI	Estadual	PA	5.682,1	1.812,6	31,9%
FLORESTA NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	13.017	1.619,1	12,4%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ	Estadual	PA	45.164,4	1.495,4	3,3%
RESERVA EXTRATIVISTA JACI-PARANÁ	Estadual	RO	1.974,4	984,7	49,9%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TAPAJÓS	Federal	PA	20.403,3	934,6	4,6%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARGEM DIREITA DO RIO NEGRO	Estadual	AM	4.617,5	690,4	15%
Proteção Integral					
RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI	Federal	MA	2.712	798,7	29,4%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e Prodes.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Este relatório utilizou dados do TerraClass para avaliar o uso da terra referente à “pastagem” no bioma Amazônia, em 2014, o último dado disponível. Ainda que as atividades agropecuárias sejam permitidas em seus planos de manejo em UCs como as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), a alta frequência e intensidade dessas atividades no interior de territórios protegidos é um vetor importante de desmatamento, perda de valor de conservação e aumento de interesses escusos pelas áreas, que podem induzir novos eventos de PADDD.

Por isso, consideraram-se todas as categorias de UCs do bioma. Como resultado, verificou-se que a maior incidência de atividades de pastagem no interior das UCs, considerando o percentual da área de pastagem em relação à área total de cada unidade, concentra-se em UC de uso sustentável, em especial APA e florestas estaduais, distribuídas nos estados de Rondônia, Acre e Pará.

TABELA 11. UCs mais ocupadas por pastos, em valores relativos à área total da UC (%), incluindo todas as categorias de manejo, 2014.

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Pastagem (km ²)	Área de Pastagem (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL IGARAPÉ SÃO FRANCISCO	Estadual	AC	300,2	165,7	55,2%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGO DE SANTA ISABEL	Estadual	TO	185,9	81,6	43,9%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	Estadual	PA	267	104,6	39,2%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO ARARAS	Estadual	RO	10,9	4	36,8%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO GAVIÃO	Estadual	RO	4,3	1,3	30,6%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL LAGO DO AMAPÁ	Estadual	AC	51,8	15,7	30,4%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO MUTUM	Estadual	RO	108,6	30,4	28%
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL NOVA AURORA	Federal	RO	0,2	0	25,5%
ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO SERINGAL NOVA ESPERA	Federal	AC	25,7	5,3	20,6%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGARAPÉ GELADO	Federal	PA	232,9	43,6	18,7%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e TerraClass.

Ao se observar a extensão das áreas de pastagens, em valores absolutos, verificadas no interior das dez UCs mais afetadas, cabe especial destaque para UCs que já foram objeto de eventos ou ameaças de exclusão/extinção, redução e/ou recategorização, incluindo áreas de proteção integral, tais como a Estação Ecológica Terra do Meio e o Parque Estadual Ricardo Franco (252 km² registrados como área de pasto no interior do parque estadual, equivalente a 35 mil campos de futebol).

TABELA 12. UCs mais ocupadas por pasto em valores absolutos (km²), incluindo todas as categorias de manejo, 2014

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Pastagem (km ²)	Área Pastagem (%)
Uso Sustentável					
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BAIXADA MARANHENSE	Estadual	MA	17.105,6	3.188,9	18,6%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL TRIUNFO DO XINGU	Estadual	PA	16.796,5	3.080,3	18,3%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS REENTÂNCIAS MARANHENSES	Estadual	MA	10.854,3	892,6	8,2%
FLORESTA NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	13.017	857,6	6,6%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DE TUCURUI	Estadual	PA	5.682,1	746,6	13,1%
RESERVA EXTRATIVISTA JACI-PARANÁ	Estadual	RO	1.974,4	332,9	16,9%
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TAPAJÓS	Federal	PA	20.403,3	214,3	1,1%
Proteção Integral					
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA TERRA DO MEIO	Federal	PA	33.731,7	252,4	0,7%
PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO	Estadual	MT	1568,4	236,3	15,1%
RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI	Federal	MA	2712	201,5	7,4%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e TerraClass.

O mesmo exercício foi realizado com a exclusão de APA e ARIE. Nesse caso, também predominam as UCs administradas pela esfera estadual, com concentração em Rondônia, quando avaliados os resultados em valores relativos (% da área total). Já os resultados em termos absolutos mostraram que unidades que já foram objeto de propostas de PADDD aparecem de forma expressiva na lista.

TABELA 13. UCs mais ocupadas por pastos, em valores relativos à área total da UC (%), exceto APA e ARIE, 2014.

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Pastagem (km ²)	Área Pastagem (%)
Uso Sustentável					
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO ARARAS	Estadual	RO	10,9	4	36,8%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO GAVIÃO	Estadual	RO	4,3	1,3	30,6%
FLORESTA ESTADUAL DE RENDIMENTO SUSTENTADO MUTUM	Estadual	RO	108,6	30,4	28%
RESERVA EXTRATIVISTA QUILOMBO DO FRECHAL	Federal	MA	93,4	17,3	18,6%
RESERVA EXTRATIVISTA JACI-PARANÁ	Estadual	RO	1.974,4	332,9	16,9%
RESERVA EXTRATIVISTA IPÊ	Estadual	RO	8,2	1,3	16,1%
RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL GIBEÃO	Federal	RO	0,3	0	14,9%
Proteção Integral					
PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO	Estadual	MT	1.568,4	236,3	15,1%
PARQUE ESTADUAL DE MONTE ALEGRE	Estadual	PA	36,2	4,2	11,5%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e TerraClass.



Ariranha (*Pteronura brasiliensis*).

TABELA 14. UCs mais ocupadas por pasto em valores absolutos (km²), exceto APA e ARIE, 2014.

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área de Pastagem (km ²)	Área Pastagem (%)
Uso Sustentável					
FLORESTA NACIONAL DO JAMANXIM	Esfera	PA	13.017	857,6	6,6%
RESERVA EXTRATIVISTA JACI-PARANÁ	Estadual	RO	1.974,4	332,9	16,9%
RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	Federal	AC	9.314,2	148,3	1,6%
FLORESTA NACIONAL DE ITACAIUNAS	Federal	PA	1.367	117,3	8,6%
RESERVA EXTRATIVISTA RIO OURO PRETO	Federal	RO	2.046,3	99	4,8%
Proteção Integral					
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA TERRA DO MEIO	Federal	PA	33.731,7	252,4	0,7%
PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO	Estadual	MT	1.568,4	236,3	15,1%
RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI	Federal	MA	2.712	201,5	7,4%
RESERVA BIOLÓGICA NASCENTES SERRA DO CACHIMBO	Federal	PA	3.422	161,1	4,7%
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO PARDO	Federal	PA	4.454	156,9	3,5%

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e TerraClass.

MINERAÇÃO

Estudo do WWF-Brasil (2018)² aponta que 219 unidades de conservação possuem alguma porção de seu território sobreposta por processos minerários considerados ativos pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Dessas, 118 são completamente restritivas à mineração, 63 delas sob gestão do governo federal. Segundo o estudo, a UC de proteção integral potencialmente mais impactada pela sobreposição de processos minerários em diferentes estágios é o Parque Nacional do Monte Roraima (RR), com 477 km² de sobreposição, seguido dos parques nacionais do Jamanxim e Serra do Pardo, ambos no Pará. O critério para classificação das UCs mais ameaçadas pela mineração considerou a soma da área (hectares) abrangida por processos minerários com sobreposição ao território da unidade de conservação.

Os processos minerários em fase de requerimento dentro de UC restritivas à mineração somam 295 mil hectares. Os processos com autorização de pesquisa mineral somam pouco mais de 90 mil hectares. Os processos que concedem direito à extração

² Mineração na Amazônia Legal e Áreas Protegidas – Situação dos Direitos Minerários e Sobreposições (WWF-Brasil, 2018).

de minério colocam em risco pelo menos 16 mil hectares em áreas protegidas na Amazônia Legal.

O estudo do WWF-Brasil diferencia projetos minerários privados e os em posse da União (processos bloqueados ou que aguardam publicação de disponibilidade -processo licitatório). Neste relatório, foram consideradas apenas as sobreposições relativas às atividades de mineração privadas.



Produção de açaí (*Euterpe oleracea*) na Reserva Extrativista de Cazumba-Iracema, Acre, Brasil.

TABELA 15. UCs de proteção integral mais ameaçadas por atividades de mineração em valores absolutos (ha), e as UCs de uso sustentável RPPN, RDS e Resex, que não permitem mineração, 2018

Nome	Esfera	Estado	Área Total (ha)	Área Mineração (ha)	Área Mineração (%)
Uso Sustentável					
RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAJARI	Federal	AP	532.475,1	28.746,8	5,4%
Proteção Integral					
PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM	Estadual	RO	212.139,8	260.113,5	12,3%
PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA	Federal	RR	117.673,2	47.664,7	40,5%
PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM	Federal	PA	871.381,7	34.872,7	4%
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO PARDO	Federal	PA	449.980,1	30.303,2	6,7%
PARQUE NACIONAL DO ACARI	Federal	AM	907.124,1	30.076,6	3,3%
RESERVA BIOLÓGICA DE MAICURU	Estadual	PA	1.151.761	15.493,2	1,3%
RESERVA BIOLÓGICA DO JARU	Federal	RO	357.231,3	14.005,7	3,9%
PARQUE NACIONAL MAPINGUARI	Federal	RO	1.816.518,1	13.229,4	0,7%
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA	Federal	PA	1.072.531,6	10.512,9	1%

Fonte: Baseado em WWF-Brasil (2018).

TABELA 16. UCs de proteção integral mais ameaçadas por atividades de mineração, em valores relativos à área total da UC (%), e as UCs de uso sustentável RPPN, RDS e Resex, que não permitem mineração, 2018

Nome	Esfera	Estado	Área Total (ha)	Área Mineração (ha)	Área Mineração (%)
Uso Sustentável					
RESERVA EXTRATIVISTA IPÊ	ESTADUAL	RO	841,8	841,8	100%
RPPN NOVA AURORA	FEDERAL	RO	19,3	19,3	100%
RPPN CRISTALINO III	ESTADUAL	MT	1.663,3	1.642,3	98,7%
RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAJARI	FEDERAL	AP	532.475,1	28.746,8	5,4%
Proteção Integral					
PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA	FEDERAL	RR	117.673,2	47.664,2	40,5%
RESERVA BIOLÓGICA MORRO DOS SEIS LAGOS	ESTADUAL	AM	38.288,6	10.139,6	26,5%

PARQUE ESTADUAL DE GUAJARÁ MIRIM	ESTADUAL	RO	212.139,8	26.013,5	12,3%
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARACARAÍ	FEDERAL	RR	86.889,4	9.778,7	11,3%
PARQUE NACIONAL SERRA DO PARDO	FEDERAL	PA	449.980,1	30.303,2	6,7%
PARQUE ESTADUAL CRISTALINO	ESTADUAL	MT	60.660,5	2.964,5	4,9%

Fonte: Baseado em WWF-Brasil (2018).

SOBREPOSIÇÃO AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Para análise de sobreposição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e UC no bioma Amazônia, foram consideradas as seguintes categorias de manejo: floresta, reserva extrativista, reserva de fauna, estação ecológica, reserva biológica e parque. As demais, por poderem incorporar áreas privadas em seu interior, não foram incluídas. Apenas 28 UCs do conjunto considerado não apresentam nenhum imóvel registrado (CAR) em seu interior.

Em 29 unidades, há sobreposição de registros de CAR em 100% da área. Dessas, 28 são de uso sustentável (reservas extrativistas e florestas) e uma de proteção integral (Parque Estadual Charapucu – PA). Outras 22 UCs registram mais de 90% de sua área sobrepostas por CAR, sendo 20 UCs de uso sustentável (reservas extrativistas e florestas) e duas de proteção integral (Parque Estadual do Xingu – MT e Estação Ecológica Rio Flor do Prado – MT).

Entre as UCs de uso sustentável, florestas e reservas extrativistas, 53 chegam a ter mais da metade de sua área com sobreposição de registros de imóveis em processos de CAR, tanto em nível federal quanto estadual, com destaque para as localizadas no Amazonas e em Rondônia. Dentre as dez mais afetadas, considerando o percentual afetado e tamanho da área em valores absolutos, oito estão no Amazonas.

Entre as UCs de proteção integral, seis têm mais da metade de sua área com imóveis registrados.

TABELA 17. UCs - Uso Sustentável (Flona e Resex) - com maior nível de sobreposição do CAR, em valores relativos à área total da UC (%), 2017.

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área Imóveis CAR (km ²)	Área Imóveis CAR (%)	# de imóveis
Uso Sustentável						
FLORESTA NACIONAL DO IQUIRI	Federal	AM	14.726,1	14.726,1	100%	767
RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	Federal	AC	9.314,2	9.311,6	100%	1556
FLORESTA NACIONAL DE TEFÉ	Federal	AM	8.651,3	8.651,1	100%	26
RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO UNINI	Federal	AM	8.496,9	8.496,9	100%	12
RESERVA EXTRATIVISTA ITUXÍ	Federal	AM	7.763,3	7.763,3	100%	27
RESERVA EXTRATIVISTA DO CAZUMBÁ-IRACEMA	Federal	AC	7.549,9	7.549,2	100%	661
RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO PURÚS	Federal	AM	6.042,4	6.042,4	100%	42
FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ	Federal	AM	4.731,6	4.731,1	100%	16
FLORESTA ESTADUAL MAÚES	Estadual	AM	4.501,4	4.499,4	100%	53
FLORESTA NACIONAL DE MAPIÁ-INAUINI	Federal	AM	3.689,5	3.688,9	100%	32

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR³.

Tabela 18. UCs - Proteção Integral - com maior nível de sobreposição do CAR, em valores relativos à área total da UC (%), 2017

Nome	Esfera	Estado	Área Total (km ²)	Área Imóveis CAR (km ²)	Área Imóveis CAR (%)	# de imóveis
Proteção Integral						
PARQUE ESTADUAL CHARAPUCU	Estadual	PA	653,50	653,47	100%	55
PARQUE ESTADUAL DO XINGU	Estadual	MT	953,28	952,61	99,9%	340
ESTAÇÃO ECOLÓGICA RIO FLOR DO PRADO	Estadual	MT	85,35	83,29	97,6%	1
PARQUE ESTADUAL SERRA RICARDO FRANCO	Estadual	MT	1.568,41	1.262,24	80,5%	465
RESERVA BIOLÓGICA DO UATUMÃ	Federal	AM	9.387,32	7.259,13	77,3%	2
RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI	Federal	MA	2.712,02	1.427,53	52,6%	23
PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	Federal	AM, RO, MT	9.613,29	4.678,78	48,7%	289

3 <http://www.car.gov.br>

PARQUE ESTADUAL IGARAPÉS DO JURUENA	Estadual	MT	2.238,94	1.053,05	47%	184
PARQUE ESTADUAL GUARIBA	Estadual	AM	711	298,39	42%	84
PARQUE ESTADUAL DO UTINGA	Estadual	PA	13,98	5,79	41,4%	1

Fonte: Elaboração WWF-Brasil, baseada em dados do CNUC e SICAR.

Efetividade das UCs

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, 54% das UCs do bioma Amazônia possuem conselho gestor e apenas 26% possuem plano de manejo, não havendo informações consolidadas acerca da atividade dos conselhos ou da aderência e aplicabilidade dos planos de manejo à gestão das UCs. Conforme o CNUC, 68% das UCs do bioma não informaram ao MMA a situação fundiária da unidade e apenas 11% informaram que a área da UC encontra-se regularizada. Ou seja, apenas 36 unidades estão regularizadas em termos fundiários – 17 de uso sustentável e 19 de proteção integral.

Ter plano de manejo e conselho atuante deveria ser o ponto de partida de todas as UCs para o cumprimento de seus objetivos, embora não seja garantia de que a UC não possa se tornar foco de um PADDD. Mas, não possuindo qualquer desses instrumentos, a UC estará ainda mais vulnerável em sua implementação e gestão e, portanto, a alterações de PADDD.

Ameaças iminentes

Em termos de área em valores absolutos (km²), 61 UCs estão entre as mais ameaçadas no bioma Amazônia. São, em sua maioria, administradas pela esfera federal. Pará (22 UCs) e Amazonas (25 UCs) concentram as ameaças, por combinarem projetos de infraestrutura com incidência relevante de desmatamento e sobreposição de CAR no interior das UCs. São também os estados com maior quantidade de UCs no bioma, mas, mesmo assim, destacam-se quanto à proporção de áreas ameaçadas em relação ao total de UCs presentes no estado, 28% das UCs no Pará e 26% no Amazonas. Em valores proporcionais, destaca-se também o Maranhão, com 38% das 13 UCs localizadas no estado ameaçadas, especialmente por desmatamento e projetos ferroviários.

A seleção das dez UCs mais afetadas em cada grupo de indicador (infraestrutura, mineração e uso do solo), 64 UCs estão entre as mais ameaçadas no bioma Amazônia, distribuídas entre as esferas federal (55%) e estadual (45%). Novamente, os estados do Pará (19) e Amazonas (18) concentram as ameaças, especialmente em UCs federais localizadas em seus territórios, enquanto Rondônia (15) se destaca pelas ameaças às UCs estaduais localizadas em seu território.

TABELA 19. UCs mais ameaçadas em valores relativos à área total da UC (%)

Infraestrutura				Uso do Solo		
Rodovias	Hidroviás	Ferrovias	UHE e PCH	Desmatamento	Pastagem*	CAR
<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>
–	APA do Rio Madeira	APA da Região do Maracanã	Resex Rio Preto-Jacundá	Resex Quilombo do Frechal	Floest de Rend Sust Araras	Floresta do Iquiri
–	RDS Pucuruí – Ararã	APA do Iguapé Gelado	Floresta de Itaituba II	–	Floest de Rend Sust Gavião	Resex Chico Mendes
APA da Região do Maracanã	ARIE Javari Buriti	APA da Baixada Maranhense	Floresta de Itaituba I	APA da Região do Maracanã	Floest de Rend Sust Mutum	Floresta de Tefé
APA das Nasc. de Araguaina	APA do Lago de Tucuruí	Floresta de Carajás	Floest de Rend Sust Rio Machado	Floest de Rend Sust Araras	–	Resex do Rio Unini
APA da Reg. Metrop. de Belém	RDS Mamirauá	<i>Proteção Integral</i>	Floresta de Aripuanã	Floest de Rend Sust Periquito	Resex Quilombo do Frechal	Resex Ituxí
APA Lago do Amapá	Resex Gurupá-Melgaço	Parete do Bacanga	<i>Proteção Integral</i>	Floest de Rend Sust Mutum	Resex Jaci-Paraná	Resex do Cazumbá-Iracema
<i>Proteção Integral</i>	Floresta de Humaitá	Parna do Jamanxim	Parete Igarapés do Juruena	APA Igarapé São Francisco	Resex Ipê	Resex do Médio Purús
Parete do Bacanga	Resex Ipaú-Anilzinho	Rebio Nasc. Serra Cachimbo	Parna do Jamanxim	Resex do Ciriaco	RPPN Gibeão	Floresta de Humaitá
Parete Sumaúma	<i>Proteção Integral</i>	–	Parna dos Campos Amazônicos	APA Lago do Amapá	<i>Proteção Integral</i>	Floest Maúes
Parete do Utinga	Parna de Anavilhanas	–	Parna do Juruena	–	Parete Serra Ricardo Franco	<i>Proteção Integral</i>
RVS Metrópole da Amazônia	EE de Jutai-Solimões	–	Parna do Amazônia	–	Parete de Monte Alegre	Parque Estadual Charapucu

* exceto APA e ARIE

TABELA 20. UCs mais ameaçadas em valores absolutos (km²)

Infraestrutura				Uso do Solo		
Rodovias	Hidroviás	Ferrovias	UHE e PCH	Desmatamento	Pastagem*	CAR
<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>	<i>Uso Sustentável</i>
Floresta do Trombetas	RDS Mamirauá	APA da Baixada Maranhense	Floresta de Itaituba II	APA da Baixada Maranhense	Floresta do Jamanxim	Floresta do Iquiri
APA Reentr Maranhense	APA Lago de Tucuruí	Floresta de Carajás	Resex Rio Preto-Jacundá	APA Reentr Maranhense	Resex Jaci-Paraná	Resex Chico Mendes
Floresta do Amapá	APA do Arquip do Marajó	APA do Iguapé Gelado	Floresta de Itaituba I	APA Triunfo do Xingu	Resex Chico Mendes	Floresta de Tefé
APA da Baixada Maranhense	Floresta de Humaitá	APA da Região do Maracanã	Floresta do Iquiri	APA Lago de Tucuruí	Floresta de Itacaiunas	Resex do Rio Unini
RDS Igarapé-Açu	Resex Gurupá-Melgaço	<i>Proteção Integral</i>	Floresta de Aripuanã	Floresta do Jamanxim	Resex Rio Ouro Preto	Resex Ituxí
Floresta de Tapajós	RDS Pucuruí-Ararã	Parna do Jamanxim	<i>Proteção Integral</i>	APA do Arquip do Marajó	<i>Proteção Integral</i>	Resex do Cazumbá-Iracema
<i>Proteção Integral</i>	RDS do Rio Madeira	Rebio Nasc Serra Cachimbo	Parna do Jamanxim	Resex Jaci-Paraná	EE da Terra do Meio	Resex do Médio Purús
Parna do Pico da Neblina	<i>Proteção Integral</i>	Parete do Bacanga	Parna do Juruena	APA do Tapajós	Parete S. Ricardo Franco	Floresta de Humaitá
Parna Montanha do Tumucumac	Parna de Anavilhanas	–	Parna dos Campos Amazônicos	APA Marg do Rio Negro	Rebio do Gurupi	Floest Maúes
EE do Grão Pará	Parna do Jaú	–	Parete Igar. do Juruena	<i>Proteção Integral</i>	Rebio Nasc Serra Cachimbo	<i>Proteção Integral</i>
Parna do Jamanxim	EE de Jutai-Solimões	–	Parna do Amazônia	Rebio do Gurupi	Parna da Serra do Pardo	Parna dos Campos Amazônicos

* exceto APA e ARIE

Conclusões

Ainda há bastante dificuldade em acompanhar as iniciativas de PADDD no Brasil. Parte dessas dificuldades provêm da forma como as propostas são disponibilizadas para o público em geral. Na maioria das vezes, não vêm associadas a mapas ou nomenclaturas que permitam uma rápida apreensão da proposta e das mudanças previstas.

Outra dificuldade está no processo legislativo. O Poder Legislativo tem usado os chamados “jabutis”⁴ para inserir iniciativas de PADDD em propostas legislativas que não guardam nenhuma relação com o tema. Mapear essas propostas em temas que não lhes dizem respeito é uma tarefa complexa.

Para resistir a essa ofensiva, é importante promover uma ação articulada e preventiva de advocacy e monitoramento das matérias em curso no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas estaduais e junto a alguns setores da nossa economia. Para tal, é estratégico, em primeiro lugar, compreender a dinâmica dos fatores que levam aos processos de PADDD e mapear as tendências futuras desse fenômeno. Também é essencial a criação de mecanismos ou ferramentas que possam registrar dados, antecipar situações conflituosas, bem como propor soluções preventivas e abordagens inovadoras para as UCs.

Mantém-se particularmente importante a intensificação do conhecimento dos territórios onde as UCs estão inseridas e da parcela de contribuição dessas áreas para a “saúde ambiental e social” de onde se encontram.

Além disso, algumas recomendações mais específicas são listadas a seguir:

- Estimular a consolidação da avaliação ambiental estratégica de grandes empreendimentos previstos, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União (Acórdão no 464/2004), para promover uma visão sistêmica, abrangente e cumulativa das propostas de investimento;
- Definir e consolidar passos de processo formal para efetivação de PADDD. Esse processo deve ser pautado pela transparência, pelo respaldo técnico-científico e consulta aos interessados. Pode ser similar ao processo estabelecido para criação de UC;
- Manter as informações sobre os planos de manejo, os perímetros dos zoneamentos e das UCs constantemente atualizados e públicos, para evitar a configuração de processos de desmatamento, apropriação de terras, processos minerários, por falta ou insuficiência de informações;

⁴ Em outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do artifício legislativo conhecido como “contrabando legislativo”. Conhecido popularmente como “jabuti”, o “contrabando legislativo” é a inserção de emendas de redação sem relação com o tema central de medidas provisórias.

- Avançar na investigação das consequências ecológicas, sociais e econômicas dos eventos de PADDD, prioritariamente de forma antecipada à efetivação do(s) evento(s).



Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Amapá, Brasil.

PADDD EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO A AMAZÔNIA

46 EVENTOS

de PADDD ocorreram na Amazônia entre 1988 e 2018

110 UCs

têm sua área ameaçada por projetos de infraestrutura



14 UCs

na Amazônia podem ser afetadas diretamente pelos projetos de geração de energia

219 UCs

possuem alguma porção de seu território sobreposta por processos minerários ativos



Por que estamos aqui?

Para frear a degradação do meio ambiente e para construir um futuro no qual os seres humanos vivam em harmonia com a natureza.

wwf.org.br